


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0013611-54.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Frederico Vieira Dias**
 Requerido: **Mrv Engenharia e Participações Sa e outro**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Em 26/11/15,
 faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara
 Cível desta Comarca de São Carlos, Dr. Milton Coutinho
 Gordo. Eu, _____, Escrevente, subscrevi.

Proc. 1349/12

Decido nos termos do parágrafo 3º do art. 475-M do CPC, introduzido pela Lei
 11.232 de 22 de dezembro de 2005.

Trata-se de impugnação ao cumprimento da sentença, alegando excesso de
 execução e apontando como correta a importância **R\$ 3.511,36** (três mil quinhentos e onze reais
 e trinta e seis centavos) em 11/03/2015 e não **R\$ 7.187,51** (sete mil cento e oitenta e sete reais
 e cinquenta e um centavos), como cobrado pelo exequente.

Os autos foram remetidos à Contadoria, que carrou demonstrativo às fls.
 217/219, apontado que até 02/03/2015, foram depositados a maior R\$ 1.888,39. Após o
esclarecimento prestado a fls. 227 não houve manifestação das partes, demonstrando, pois,
 estarem de acordo com os cálculos.

Concluindo: o apurado pela Contadoria demonstra que a razão está com a
 impugnante ao alegar que houve excesso de cobrança.

Destarte, **ACOLHO A PRESENTE IMPUGNAÇÃO** para que o montante



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

cobrado obedeça ao que foi apurado pelo órgão auxiliar do juízo. Assim, o levantamento dos valores se dará da forma a seguir determinada:

1) caberá ao exequente o levantamento integral dos depósitos de fls. 166 e 168 (R\$ 464,76 e R\$ 969,96);

2) do depósito de fls. 169, o valor de R\$ 1.888,39, com os acréscimos proporcionais, será levantado pela devedora e o restante pelo exequente, para quitação total de seu débito;

3) os demais depósitos (fls. 171, 188 e 193) serão todos levantados pela devedora, após o recolhimento das custas.

Diante da satisfação do débito, JULGO EXTINTO o presente feito, nos termos do artigo 794, I, do CPC.

Ante a sucumbência arcará o exequente com as custas e honorários advocatícios que fixo em R\$ 788,00, observando-se o disposto no artigo 12 da Lei 1.060/50.

P. R. I.

São Carlos, 03 de dezembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**